

Letargia Diplomática

desafios da resposta à pandemia
na América Latina e Caribe

Sebastian Tobar e Miryam de Souza Minayo

Em 27 de janeiro de 2020, os primeiros casos de Covid-19 nas Américas foram registrados no Canadá e nos Estados Unidos. Posteriormente, em 26 de fevereiro do mesmo ano, ocorreu o primeiro relato na América Latina. A partir de então, os casos têm crescido de forma acelerada, e a região das Américas, especialmente a América Latina e o Caribe (ALC), tem sido a mais atingida pela pandemia, durante 18 meses considerada o epicentro da crise sanitária mundial.

Mais de um ano e meio após o início da pandemia, ao menos 80 milhões de pessoas foram infectadas e mais de 2 milhões morreram de Covid-19 nas Américas. Embora os dados sejam extremamente dinâmicos, até princípios de setembro de 2021, 38,45% dos casos positivos e 46,20% das mortes globais ocorreram na região (Paho, 2021).

Juntamente com os terríveis índices de morbimortalidade, especialmente na América Latina, os impactos econômicos e sociais são fontes de preocupação para gestores, pesquisadores, organizações regionais e multilaterais globais. Os elevados números de novos casos e mortes escancaram as deficiências dos sistemas de saúde, de seguridade social e a profunda desigualdade e iniquidades que a região padece há décadas.

A crise sanitária surgiu em um contexto de longos anos de fraco desempenho econômico, pouco progresso nos indicadores sociais e níveis altíssimos de informa-

lidade. A chegada da pandemia encontrou sistemas de saúde debilitados na maior parte dos países e culminou em um acesso desigual aos serviços essenciais de saúde e um impacto desproporcional nas comunidades mais vulneráveis.

A pandemia tem exposto cada vez mais as tenebrosas consequências da negligência histórica que essas populações têm sofrido. O trabalho informal, a pobreza, a dificuldade de acesso ao saneamento básico, a moradia precária em favelas e comunidades extremamente pobres, o pouco investimento nos serviços básicos essenciais – além de respostas governamentais incertas – fizeram da região da América Latina e Caribe o local perfeito para que o vírus pudesse se disseminar velozmente e mostrar a sua face mais cruel para a população mais vulnerável.

A crise econômica impulsionada pela Covid-19 foi um choque global sem precedentes. Os dados são alarmantes. Em um relatório de abril de 2021, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) concluiu que, em 2020, mais 22 milhões de pessoas na região mergulharam na pobreza e 8 milhões na pobreza extrema. Os dados também estão associados a uma piora nos índices de desigualdade e nas taxas de ocupação e participação no mercado de trabalho, principalmente das mulheres. As consequências foram uma queda de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) regional, constituindo a maior queda da atividade econômica nos últimos 120 anos na América Latina e no Caribe. A pandemia exacerbou as grandes lacunas estruturais da região, e os custos da desigualdade alcançaram níveis insustentáveis (Cepal, 2021).

Do ponto de vista do setor Saúde, a região teve a oportunidade de aprender com os países da Europa e da Ásia, que experimentaram primeiro os efeitos da pandemia. No entanto, as fragilidades dos sistemas de saúde – evidenciadas pelo sucateamento e grandes déficits de leitos, respiradores, insumos, recursos humanos etc. – e de seguridade social da região representaram um desafio sem precedentes para as autoridades sanitárias e políticas.

Apesar da tragédia que a ALC tem experimentado, a pandemia inseriu a saúde no topo da agenda política dos países da região e tem mobilizado os diversos setores da sociedade, Estado e governo na busca por respostas apropriadas para mitigar os seus efeitos devastadores. Foram implementadas estratégias de “saúde em todas as políticas” (*health in all policies*), que envolveram os ministérios de Educação, Trabalho, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Social e Indústria, tais como aulas virtuais, teletrabalho, auxílios para a população de baixa renda, subsídios a determinadas atividades econômicas, dentre muitas outras.

Federico Tobar (2020) aponta que a Covid-19 tem demonstrado que, no campo da saúde, soluções individuais resultam insuficientes para responder à pandemia. Nesse sentido, é cada vez mais manifesta a necessidade de um “Estado que cuide de nós” e de adotar um modelo de atenção em saúde na perspectiva da estratégia da Atenção Primária à Saúde (APS) e da abordagem dos determinantes sociais da saúde.

O controle da disseminação do vírus é prova cabal de que respostas isoladas são ineficientes para o controle da evolução da pandemia. A necessidade de imunizar as populações de todos os países (ricos e pobres) carrega consigo uma série de debates fundamentais, como a profunda desigualdade de acesso às vacinas na região das Américas (e no mundo), bens públicos globais e a quebra/suspensão de patentes das vacinas, além da própria crise do multilateralismo, com respostas segmentadas e nacionais para um problema sabidamente de cunho global.

Diante desse cenário de crise e necessidade de resposta coletiva, a região da América Latina e Caribe tem respondido aos desafios com certa letargia diplomática, que não é sintoma exclusivo da crise sanitária. A governança regional e sub-regional encontra-se em situação crítica. Desde a última década, a região sofreu uma ruptura em seu alinhamento político, que estava sendo paulatinamente consolidado por governos progressistas, com importante protagonismo na promoção da diplomacia e da cooperação em saúde. A emergência sanitária da Covid-19, entretanto, expôs e reforçou essa lacuna, que tem se traduzido em uma resposta não coordenada e ineficaz contra a doença.

A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), que deveria exercer papel de destaque na articulação da resposta regional à pandemia, tem passado pela maior crise de seus 119 anos de existência. A sua resposta à pandemia tem sido duramente afetada por problemas orçamentários, num momento em que a diplomacia da saúde e a cooperação são mais necessárias que nunca (OPS, 2020).

Diferentemente de blocos regionais como a União Europeia (UE) ou a União Africana (UA), que têm negociado vacinas e estabelecido protocolos para frear a expansão do vírus, a América Latina, com suas iniciativas de integração regional, de modo geral, vem se limitando a emitir comunicados ou apresentar propostas isoladas com pouco potencial de trazer impactos significativos.

É o caso, por exemplo, do Mercosul – maior bloco econômico da região. As diferenças políticas e de interesses econômicos não têm permitido a formulação de uma estratégia apropriada para responder à pandemia. Em realidade, o que se observa são declarações de boas intenções. Desde o início da pandemia, o bloco adotou apenas duas medidas relacionadas exclusivamente ao tema: a primeira delas, em março de 2020, quando se reuniu e declarou a sua *vontade* de, entre outros assuntos, facilitar o retorno dos cidadãos de seus Estados-membros aos países de origem e avaliar a conveniência e a possibilidade de reduzir tarifas aplicadas aos insumos destinados à prevenção de doenças e ao cuidado da saúde, no âmbito da emergência sanitária (Mercosur, 2020). A outra foi a aprovação, no mês seguinte, de um aporte de 16 milhões de dólares adicionais destinados ao combate à Covid-19 no marco do projeto plurinacional *Investigação, educação e biotecnologias aplicadas à saúde*.

Na região Andina, o Organismo Andino de Saúde Convenio Hipólito Unanue (ORAS-CONHU) tem feito um grande esforço para manter a coesão e superar diferenças ideológicas entre seus Estados-membros. O órgão tem realizado muitos encontros virtuais com o intuito de trocar informações e experiências em diferentes temas sanitários, na tentativa de que uma agenda de natureza mais técnica permita superar as diferenças políticas. O fato de ter um desenho institucional setorial permitiu aproveitar as oportunidades na área da saúde, como a elaboração de um projeto de vigilância genômica e um projeto interagência de saúde e fronteiras (Oras/Conhu, 2021).

O Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul),¹ criado em 2019 em substituição à extinta União de Nações Sul-Americanas (Unasul), aparentou um caráter fundacional fomentando linhas próprias de trabalho, quando, em realidade, se tratava de uma clara duplicação de esforços com o que já vinha sendo feito no Mercosul e no ORAS-CONHU. No que tange à pandemia, de março a agosto de 2020, os países-membros realizaram quatro reuniões de presidentes do Prosul, que resultaram em três declarações de ações conjuntas para o enfrentamento da pandemia. Dessas declarações derivaram cinco grupos de trabalho sobre: trânsito de pessoas; epidemiologia e dados; trânsito de bens; compras conjuntas e acesso a créditos de fundos internacionais (Prosur, 2021). No entanto, esses grupos têm promovido numerosas reuniões virtuais com pouca ou nenhuma resolubilidade. Sob a liderança das chancelarias e pouca apropriação dos ministérios da Saúde, paulatinamente, vêm perdendo participação dos seus membros, e suas reuniões parecem ter se tornado um fim em si mesmo.

Possivelmente, o *Projeto de ampliação das capacidades de imunização nos países do Prosur* é o que tem maior caráter estratégico ao se propor “contribuir para a geração de capacidades para a produção sustentável de vacinas para garantir o acesso equitativo e oportuno aos países do Prosur”. Mas, novamente, observa-se uma duplicação de esforços como os que vêm sendo impulsionados pela Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e a pela própria Opas, como comentaremos mais à frente.

O acesso às vacinas é assunto de primeira ordem para se alcançar o almejado período pós-pandêmico. Como é característico da região das Américas, a vacinação encontra níveis de progressos radicalmente distintos. Enquanto os Estados Unidos são o país da região com maior número de imunizações e concentram um terço da totalidade das doses aplicadas nas Américas, a América Latina concentra cerca de 30% dos óbitos mundiais e, com algumas exceções,² um lento avanço na imunização coletiva.

¹ Países-membros: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru.

² Chile e Uruguai, com mais de 70% de sua população totalmente vacinada.

Diante desse cenário – e após um longo período de inércia –, a Celac aprovou em sua VI Cúpula, na Cidade do México, o *Plano integral de autossuficiência sanitária para o fortalecimento de capacidades produtivas e de distribuição de vacinas e medicamentos nos países da Celac* (Buss, Tobar & Minayo, 2021; Cepal, 2021b). O plano é um alentado documento de 103 páginas, preparado pela Cepal, a pedido da presidência *pro tempore* mexicana da Celac. São promovidas sete linhas de ação fundamentadas na alta dependência de insumos estratégicos para a saúde, como medicamentos e vacinas, e as capacidades de pesquisa e desenvolvimento regionais de Argentina, Brasil, Cuba e México:

1. Fortalecer os mecanismos de compra conjunta internacional de vacinas e medicamentos essenciais;
2. Utilizar os mecanismos de compras públicas de medicamentos para o desenvolvimento e o fortalecimento dos mercados regionais;
3. Criar consórcios para o desenvolvimento e a produção de vacinas;
4. Implementar uma plataforma regional para ensaios clínicos;
5. Aproveitar as flexibilidades regulatórias para acessar a propriedade intelectual;
6. Fortalecer os mecanismos de convergência e reconhecimento regulatório vigentes nos países;
7. Fortalecer os sistemas primários de saúde para o acesso universal às vacinas e sua distribuição equitativa.

Numa região tão díspar como a das Américas, a volta à *normalidade* e, principalmente, a recuperação econômica dependem das iniciativas de cooperação regional voltadas para o amplo acesso e produção de vacinas (Quadro 1).

Quadro 1 – Iniciativas de produção de vacinas e medicamentos regionais e sub-regionais

	Prosul	Celac	Opas
Nome original	<i>Proyecto de Escalamiento de Capacidades de Inmunización en los países del Prosur</i>	<i>Lineamiento y Propuesta para un Plan de Auto Suficiencia Sanitaria para América Latina y Caribe</i>	<i>Aumento de la Capacidad de Producción de Medicamentos y Tecnologías Sanitarias Esenciales</i>
Justificativa	<p>A região tem enfrentado dificuldades para obter vacinas contra a Covid-19.</p> <p>Vacinar a população para garantir a sua saúde e acelerar a reativação econômica e social de nossos países.</p> <p>Estar preparado para futuras crises de saúde, o que requer capacidade instalada na região para a produção de vacinas.</p>	<p>A pandemia tem evidenciado as vulnerabilidades e desafios de ALC.</p> <p>A região foi uma das mais atingidas pela Covid-19. A situação crítica leva a reavaliar suas estratégias e políticas públicas e a reatribuir prioridades em relação às suas capacidades produtivas, tecnológicas e sanitárias.</p> <p>A Cepal elaborou a proposta a pedido da presidência da Celac.</p>	<p>A pandemia escancarou situações de escassez e iniquidade no acesso a medicamentos e outras tecnologias essenciais em saúde que limitaram as capacidades de resposta dos sistemas de saúde e colocaram em risco a prestação de serviços essenciais de saúde.</p> <p>A dependência da ALC das importações de medicamentos e outras tecnologias em saúde ficou evidente, além da vulnerabilidade das cadeias de abastecimento globais.</p>
Objetivo	Contribuir para a geração de capacidades para a produção sustentável de vacinas e garantir o acesso equitativo e oportuno para os países do Prosul.	Contribuir para a autossuficiência regional em saúde, por meio do considerável investimento em recursos de médio e longo prazo, gerando capacidades em setores ou áreas muito débeis ou, às vezes, inexistentes, como no caso das vacinas de RNA mensageiro.	Promover a ação multissetorial e aumentar capacidades regionais para desenvolvimento e produção de medicamentos e tecnologias de saúde, a fim de melhorar o acesso e responder melhor às prioridades de saúde da região. Promover a segurança nacional e a recuperação econômica da região.

Quadro 1 – Iniciativas de produção de vacinas e medicamentos regionais e sub-regionais (continuação)

Componentes	<p>Estudo diagnóstico: análise das capacidades e instalações de produção existentes, bem como da demanda futura de vacinas nos países do Prosul.</p> <p>Governança regional: acordo sobre arranjos institucionais para garantir o acesso equitativo às vacinas produzidas nos países-membros.</p> <p>Análise de viabilidade: condições para o desenvolvimento de plataformas tecnológicas para produção de vacinas.</p> <p>Roteiro estratégico: compromisso dos países em implementar as medidas identificadas na análise prévia de viabilidade.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1) Fortalecer os mecanismos de compra conjunta internacional de vacinas e medicamentos essenciais. 2) Utilizar os mecanismos de compras públicas de medicamentos para o desenvolvimento dos mercados regionais. 3) Criar consórcios para o desenvolvimento e produção de vacinas. 4) Implementar uma plataforma regional para ensaios clínicos. 5) Aproveitar as flexibilidades regulatórias para acessar a propriedade intelectual. 6) Fortalecer os mecanismos de convergência e reconhecimento regulatório. 7) Fortalecer os sistemas primários de saúde para o acesso universal às vacinas e sua distribuição equitativa, além de identificar os principais atores e avaliar as capacidades regionais de pesquisa, desenvolvimento e produção da indústria farmacêutica. 	<p>Insta os países a promoverem o desenvolvimento das capacidades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção nacional. Também mandata a Opas para dar cooperação técnica a respeito.</p> <p>Para aumentar a capacidade de produção de vacinas contra Covid-19 e outras doenças, a Opas selecionou a empresa Sinergium Biotech (Argentina) e o Instituto de Tecnologia Imunobiológica da Fiocruz (Brasil) para criar dois centros para o desenvolvimento e produção de vacinas de mRNA. A Opas apoiará por meio de um comitê de especialistas para facilitar os processos de transferência tecnológica.</p>
Atores envolvidos	<p>Colômbia: Agência Presidencial de Cooperação (APC); Ministério da Saúde; Ministério do Comércio; Relações Exteriores e o setor privado.</p> <p>Peru: Ministério da Saúde; Ministério do Comércio; Ministério de Relações Exteriores e o setor privado.</p> <p>Brasil: Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério das Relações Exteriores.</p> <p>BID (executor).</p> <p>Opas (assessor técnico).</p>	<p>Cepal, com ajuda de um comitê de especialistas.</p> <p>Presidência mexicana <i>pro tempore</i> da Celac.</p> <p>Não fica clara a governança para a sua implementação.</p>	<p>Opas/OMS.</p> <p>Estados Partes da Opas.</p> <p>Iniciativa pública: Bio-Manguinhos (Brasil).</p> <p>Iniciativa privada: Sinergium Biotech (Argentina).</p>

Quadro 1 – Iniciativas de produção de vacinas e medicamentos regionais e sub-regionais (continuação)

Financiamento	500 mil dólares americanos fornecidos pela Agência Presidencial de Cooperação (APC) de Colômbia.	O plano indica que o principal mecanismo de mobilização será o investimento de empresas públicas e privadas, com capital nacional ou estrangeiro. Isso requer um impulso coordenado para promover a criação de negócios e a expansão e diversificação das empresas existentes, ou seja, políticas industriais e tecnológicas.	A resolução estima que são necessários 1,705 milhão de dólares americanos para a sua aplicação (595 mil em recursos humanos; 150 mil em capacitação; 130 mil em consultorias ou contratos de serviços; 500 mil em viagens e reuniões; 215 mil em publicações; e 115 mil em materiais e outros).
Riscos	O Prosul é uma iniciativa construída em substituição/oposição à Unasul. A Argentina já parou de participar e não está claro o que acontecerá com a Bolívia e o Peru à luz das mudanças presidenciais.	Por se tratar de um plano elaborado <i>ad hoc</i> pela Cepal, corre-se o risco de que permaneça em um documento sem avançar em sua implementação prática. A falta de governança em saúde da Celac limita as possibilidades de implementação do plano, que permanece uma expressão de desejo de natureza política. A falta de financiamento pode ser o risco principal.	Na medida em que a resolução implica uma estratégia articulada entre o setor saúde, ciência e tecnologia e produção, um possível risco diz respeito à governabilidade da Opas para articular tais setores. Embora a estratégia tenha alocado recursos, parecem insuficientes para os objetivos propostos.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em documentos de [Prosul, 2021](#); [Cepal, 2021b](#) e [Opas, 2021](#).

Em âmbito sub-regional, o Prosul de forma tímida, e recentemente a Celac, mais incisivamente, estão começando a promover ferramentas para a cooperação no tema das vacinas.

No dia 20 de setembro de 2021, os ministros da Saúde das Américas, reunidos na 59ª Sessão do Conselho Diretor da Opas, aprovaram a Resolução sobre o Aumento das Capacidades de Produção de Medicamentos e Tecnologias Essenciais em Saúde (CD 59/8) ([Opas, 2021](#)). No documento, os Estados reconhecem que a saúde é condição do desenvolvimento sustentável e convocam a ação multissetorial coordenada para contemplar urgentemente as necessidades de saúde da população. Igualmente, reconhecem que a construção e o aumento das capacidades nacionais e regionais na produção de matérias-primas, medicamentos e outras tecnologias essenciais são fundamentais para a resposta adequada às demandas de saúde e contribuem para o desenvolvimento econômico e social regional.

Nesse sentido, ao instar os países a promoverem arranjos multissetoriais para incrementar as capacidades de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção nacionais, a resolução inclui a formação de recursos humanos e o desenvolvimento de

infraestrutura nacional para apoio às atividades de pesquisa e inovação. O objetivo primordial é que os países deem conta das necessidades de saúde regionais. A resolução também mira o fortalecimento das capacidades regulatórias e fiscalizadoras na área de medicamentos e outras tecnologias sanitárias.

Finalmente, o documento solicita à diretora que preste cooperação técnica para a formulação e a aplicação de políticas abrangentes sobre medicamentos e outras tecnologias essenciais em saúde; promova a transferência de tecnologias em saúde e a colaboração e o intercâmbio de informações e experiências entre os Estados-membros; continue a apoiar o fortalecimento das capacidades dos sistemas regulatórios nacionais de saúde; continue a promover a transparência de preços e dados econômicos em toda a cadeia de valor de medicamentos e outras tecnologias de saúde; também continue a prestar apoio técnico aos países que pretendam fazer uso das disposições contidas no Acordo Trips; e promova a geração de uma plataforma regional de discussão dos desafios e oportunidades da produção de medicamentos essenciais e tecnologias em saúde.

No intuito de tornar efetivo o disposto na resolução, a Opas selecionou a empresa Sinergium Biotech, da Argentina, e o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Bio-Manguinhos/Fiocruz), do Brasil, para criar dois centros para o desenvolvimento e produção de vacinas de RNA mensageiro (mRNA). Os processos de transferência de tecnologia de RNA serão apoiados por um comitê de especialistas. A seleção dos dois centros pretende ampliar a capacidade produtiva para que, uma vez prontas, as vacinas sejam qualificadas pela OMS para serem distribuídas para os países da região por meio do Fundo Rotatório para Vacinas³ da Opas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após mais de um ano de morosidade na coordenação de uma resposta regional eficiente à pandemia, parece que, finalmente, estamos diante de um sopro de esperança. As iniciativas de Prosul, Celac/Cepal e Opas abrem uma janela de oportunidades para o avanço no acesso às vacinas contra a Covid-19, igualmente capaz de responder a outros eventos com potencial pandêmico nas Américas. Nesse sentido, decerto, a Opas precisa ser o grande protagonista da coordenação e implementação de todas as iniciativas, para propiciar complementaridade das ações e evitar a duplicidade e a concorrência dos esforços.

Na atual conjuntura, em que o Mercosul é palco de grandes tensões econômicas e políticas, estabelecer uma agenda de saúde em que a produção de vaci-

³ O FRV é parte de um programa mais amplo de cooperação técnica que apoia os esforços dos países para alcançarem a redução sustentável e equitativa da morbidade e mortalidade relacionadas a doenças imunopreveníveis por meio de estratégias de controle e eliminação.

nas seja priorizada – em consonância com as demais iniciativas – seria uma grande oportunidade de cooperação regional de acordo com as capacidades dos principais Estados-membros: Argentina e Brasil. O Fundo de Convergência Estrutural (Focem/Mercosul) poderia ser uma alternativa de financiamento para garantir a produção e o acesso aos imunizantes no contexto cooperativo.

Igualmente, para levar a cabo essa importante tarefa, é primordial uma articulação com outras iniciativas de integração como a Comunidade Andina (CAN), o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) e a Comunidade dos Países do Caribe (Caricom), além de outros organismos internacionais como a Cepal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para que seja possível cumprir o desafio do acesso à vacina e superar essa etapa da história na região – e no mundo.

Embora, do ponto de vista ideológico, a região vivencie um cenário muito heterogêneo e sustente iniciativas de integração diversas, mais do que nunca, com a liderança e o papel forte da Opas, é hora de articular os esforços de todos os organismos e iniciativas mencionados anteriormente para enfrentar conjuntamente os desafios da saúde por meio da cooperação e diplomacia da saúde na região.

O contexto atual faz remeter à ideia de *saúde como ponte para a paz*, construída no ano de 1989 pela Opas. Naquele momento, diante de um cenário de conflitos e sofrimentos sociais e econômicos na América Central – que resultou na deterioração das condições de vida e um sistema de saúde frágil –, a organização promoveu o conceito de que paz, saúde e desenvolvimento eram indivisíveis e que as divergências ideológicas deveriam ser superadas por meio de uma convocação internacional para fortalecer os laços entre os países e garantir *saúde para todos*.

O forte impacto da pandemia em nossa região faz a ideia de *saúde como ponte para a paz* mais atual do que nunca. Nesse sentido, a presente crise sanitária, econômica e social deve ser uma oportunidade para intensificar o diálogo regional e estreitar os laços da cooperação técnica em saúde. Os Estados-membros precisam assumir maior liderança para, juntamente com a Opas e outros atores já mencionados, potencializar a oportunidade de produção de insumos estratégicos em saúde como atividade econômica geradora de desenvolvimento.

Mais do que nunca, a única saída para um problema que não encontra fronteiras é a cooperação internacional bem coordenada. Esse é o caminho para que a região possa enfrentar eficientemente o desafio de garantir o acesso à vacina a todos os seus países, avançar no sentido da *saúde universal* e superar o desafio histórico da pandemia da Covid-19.

REFERÊNCIAS

BUSS, P.; TOBAR, S. & MINAYO, M. Cúpula da Celac reafirma aliança regional para enfrentar a pandemia e produzir vacinas. Rio de Janeiro: Bloco do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, set. 2021. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=Cupula-da-Celac-reafirma-alianca-regional-para-enfrentar-a-pandemia-e-produzir-vacinas-por-Paulo-Buss-Sebastian-Tobar-e-Miryam-Minayo>>. Acesso em: 28 set. 2021.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Panorama Social de América Latina 2020. Santiago de Chile, Mar. 2021a. Disponível em: <www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2020>. Acesso em: 14 set. 2021.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). Lineamientos y propuestas para un plan de autosuficiencia sanitaria para América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, Sept. 2021b. Disponível em: <www.cepal.org/es/publicaciones/47252-lineamientos-propuestas-un-plan-autosuficiencia-sanitaria-america-latina-caribe>. Acesso em: 28 set. 2021.

FORO PARA EL PROGRESO DE AMÉRICA DEL SUR (PROSUR). Acciones de PROSUR EN COVID-19. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://FOROPROSUR.ORG/AREA-TEMATICA/COVID-19/](https://foroprosur.org/area-tematica/covid-19/)>. ACESSO EM: 28 SET. 2021.

MERCOSUR. Declaración de los Presidentes del Mercosur sobre Coordinación Regional para la Contención y Mitigación del Coronavirus y su Impacto, 18 mar. 2020. Disponível em: <www.mercosur.int/documento/declaracion-de-los-presidentes-del-mercosur-covid19/>. Acesso em: 28 set. 2021.

ORGANISMO ANDINO DE LA SALUD/CONVENIO HIPÓLITO NANUE. ORAS/CONHU. Proyecto: Fortalecimiento de la Toma de Decisiones en el Control de la Pandemia Covid-19 mediante la vigilancia genómica. Boletim Informativo Notisalud Andino, 55: 10-11, 2021. (La salud en los países andinos y los retos frente a la Covid-19). Disponível em: <<http://orasconhu.org/portal/sites/default/files/file/webfiles/doc/Boletim%2055%20agos%202021%20ORAS.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). CD59/8. Aumento da capacidade de produção de medicamentos e tecnologias em saúde essenciais, 30 jul. 2021. Disponível em: <www.paho.org/pt/documentos/cd598-aumento-da-capacidade-producao-medicamentos-e-tecnologias-em-saude-essenciais>. Acesso em: 28 set. 2021.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). Respuesta de la Organización Panamericana de la Salud a la Covid-19 en la Región de las Américas, 17 en.-31 ago. 2020. Disponível em: <www.paho.org/es/documentos/respuesta-organizacion-panamericana-salud-covid-19-region-americas>. Acesso: 21 set. 2021.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION (PAHO). Cumulative confirmed and probable Covid-19 cases reported by countries and territories in the Region of the Américas, 14 Sept. 2021. Disponível em: <<https://ais.paho.org/phis/viz/COVID19Table.asp>>. Acesso em: 14 set. 2021.

TOBAR, F. Por un New Deal sanitario. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, Out. 2020. Opinión. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/new-deal-salud/>>. Acesso em: 21 set. 2021.